

NOTA

Assunto: **Relatório de síntese da sessão plenária**
– Bruxelas, 15 e 16 de Maio de 2003 ¹

1. Métodos de trabalho da Convenção durante a sua fase final e processo de estabelecimento de consensos (CONV 720/03 e 721/03)

Método de trabalho

O Presidente fez uma breve apresentação da ordem do dia da sessão plenária que, desta vez, durou dois dias inteiros para a Convenção ter mais tempo para dedicar ao debate sobre as Instituições e a acção externa da União.

Antes de passar ao debate sobre estes dois temas, o Presidente apresentou os métodos de trabalho a seguir para se poder chegar a um consenso. Antes da próxima sessão de 30-31 de Maio, os membros da Convenção receberão o projecto global de Constituição, o que permitirá:

- analisar as disposições sobre as políticas para as quais se remeteu frequentemente no âmbito dos debates sobre a Parte I;
- debater a nova versão das secções revistas pelo Praesidium, à luz dos debates em plenário;
- debater as novas disposições ultimadas pelo Praesidium para impulsionar os Grupos de Trabalho ou Círculos de Discussão.

¹ O relato integral da sessão plenária pode ser consultado no seguinte sitio Internet:
<http://european-convention.eu.int>.

O Presidente insistiu na necessidade de se intensificarem os trabalhos da Convenção, nas duas primeiras semanas de Junho, nomeadamente através de uma maior presença dos Convencionais em Bruxelas para se poder também dar continuidade aos trabalhos nas "famílias políticas", nas componentes e, eventualmente, nalguns Círculos de Discussão. Entretanto, o Presidente e os dois Vice-Presidentes procederão a consultas e o Praesidium fará, tão regularmente quanto possível, uma avaliação dos progressos alcançados na obtenção de consensos.

No breve debate que se seguiu, vários Convencionais insistiram na necessidade de se analisar em profundidade a Parte III da Constituição. Alguns exprimiram dúvidas de que os trabalhos pudessem estar concluídos no prazo dado à Convenção. Um Convencional propôs que os membros da Convenção apresentassem as alterações ao texto global e que essas alterações pudessem ser votadas pela Convenção.

Em resposta a estas intervenções, o Presidente recordou que o método de trabalho da Convenção, estabelecido pela declaração de Laeken, é o do consenso, estando excluída a votação, que não seria representativa numa assembleia com esta composição. Quanto à Parte III da Constituição, o Presidente sugeriu que, caso haja dificuldade em concluí-la no prazo previsto, analisar-se-á a possibilidade de prosseguir os trabalhos unicamente sobre esta parte durante mais algumas semanas.

2. Debate sobre o projecto de artigos sobre as Instituições (Parte I – Título IV) (CONV 691/03 e CONV 709/03)

Palavras introdutórias

Na sua introdução preliminar, o Presidente sublinhou o elevado número de alterações recebidas pelo Secretariado relativas ao Título IV do projecto de Constituição, acompanhadas de um artigo a inserir no Título VI, consagrado à vida democrática da União.

O Presidente recordou que os artigos da Parte I, relativos às Instituições, serão acompanhados de disposições que serão introduzidas na Parte III. Algumas chamadas de atenção, observações ou propostas de alteração destinavam-se a completar e enriquecer os textos apresentados. Ser-lhes-á dada resposta quando estiverem disponíveis os artigos da Parte II.

O Presidente salientou ainda que, na grande quantidade de observações recebidas, se podiam distinguir dois tipos de alterações:

O primeiro, mais numeroso e mais significativo, não punha em causa a arquitectura de todo o projecto apresentado pelo Praesidium, indo no sentido de uma clarificação das disposições propostas. Algumas melhoravam sensivelmente a redacção, por exemplo consolidando ou precisando a abordagem do Praesidium.

O segundo, um pouco menos numeroso do que o primeiro, embora representando um número significativo, pretendia directa ou indirectamente que os textos actuais se mantivessem tal como estão. Esse pedido já havia sido formulado, de forma mais ou menos clara, em relação a quase todos os artigos mais importantes das disposições institucionais, isto é, a composição do Parlamento Europeu, o papel e a Presidência do Conselho Europeu, o cálculo da maioria qualificada, o modo de designação da Comissão, a designação ou a composição da Comissão. O Presidente colocou a questão de saber se uma abordagem privilegiando o *statu quo* seria compatível com o mandato que fora confiado à Convenção, em Laeken. Recordou certas questões abordadas pelos Chefes de Estado e de Governo, tendo citado algumas delas: "A primeira questão que se levanta é a de como podemos aumentar a legitimidade democrática e a transparência das actuais instituições, questão essa que se coloca às três instituições" ou "Como poderão ser reforçadas a autoridade e a eficácia da Comissão Europeia? ou ainda "Será de manter a rotação semestral do Conselho?".

O debate na sessão plenária suscitou numerosas intervenções, tendo participado no debate aproximadamente 90 Convencionais, incluindo as intervenções através dos "cartões azuis". O debate foi animado e bastante instrutivo. É possível considerar algumas observações gerais, antes de analisar os pontos mais evocados (por uma questão de legibilidade da presente nota, as observações relativas ao Ministro dos Negócios Estrangeiros foram agrupadas com as observações sobre o debate relativo à acção externa da União).

Observações gerais dos Convencionais

Um número considerável de Convencionais precedeu a sua intervenção de observações de carácter geral ou exprimiu certos princípios, nomeadamente:

Um número significativo de Convencionais considerou que a arquitectura institucional na sua globalidade devia respeitar certos princípios, nomeadamente o princípio da igualdade entre Estados-Membros, que foi o mais mencionado, tendo igualmente sido citado o método comunitário.

Durante as suas intervenções, numerosos Convencionais mostraram, de um modo geral ou especificamente, o seu apego às disposições do actual Tratado, resultantes do Tratado de Nice. Consideraram que elas permitiam dar resposta aos desafios da Europa alargada e que os negociadores de então haviam chegado a um compromisso satisfatório. Além disso, foi recordado que terminou recentemente o processo de consulta – relativo às actuais disposições institucionais – aos parlamentos e populações dos países candidatos, tendo em vista a sua adesão, sendo por isso difícil de defender aos olhos da opinião pública desses países alterações profundas das disposições institucionais. Outros Convencionais salientaram que a convocação da Convenção pelos Chefes de Estado e de Governo e a aprovação da Declaração de Laeken, em Dezembro de 2001, mostravam que os resultados obtidos em Nice haviam sido considerados insuficientes para dar resposta ao desafio do alargamento.

Por último, alguns Convencionais sublinharam nas suas intervenções que a Convenção estava a chegar à fase mais delicada e mais importante dos seus trabalhos. Apelaram ao êxito da Convenção e consideraram que tal só seria possível se cada Convencional se esforçasse por demonstrar simultaneamente um espírito de compromisso e de ambição, tentando encontrar uma solução consensual que todos pudessem aceitar. Esses Convencionais apelaram aos colegas para que se abstraíssem das suas posições iniciais, influenciadas por pertencerem a determinada instituição, a um "país pequeno ou grande", a determinada nacionalidade ou grupo político, e privilegiassem o bem comum. Vários Convencionais alertaram a Convenção para o facto de que, se ela for incapaz de chegar a um acordo global, seria ilusório pensar que a Conferência Intergovernamental (CIG) que se seguirá o venha a conseguir. A Europa encontra-se numa encruzilhada.

Observações relativas às diversas propostas institucionais do Praesidium

A questão do Conselho Europeu e da respectiva Presidência foi evocada por quase todos os Convencionais. A proposta do Praesidium de uma presidência estável, por um período de dois anos e meio, renováveis uma única vez, mereceu forte apoio de grande parte dos membros da Convenção. Estes Convencionais consideraram que essa proposta se insere numa preocupação de eficácia e de melhor organização do Conselho Europeu, instituição que, contrariamente à Comissão ou ao Parlamento, não beneficia actualmente de uma presidência contínua. Em resposta às preocupações manifestadas pelos colegas, realçaram que as funções de um Presidente permanente do Conselho Europeu não difeririam das funções exercidas actualmente com base na rotação semestral. Um outro grupo de Convencionais defendeu a manutenção do sistema de rotatividade, por considerarem que obedece ao princípio da igualdade entre os Estados e que tem a vantagem de reforçar o sentimento de integração europeia, ao proporcionar o exercício do mandato da presidência rotativamente. Alguns Convencionais procuraram estabelecer pontes entre estas posições divergentes, tendo apresentado diversas propostas de síntese. Nesta perspectiva, um dos Convencionais, apoiado por vários dos seus colegas, propôs que o Presidente do Conselho Europeu fosse eleito directamente pelos cidadãos europeus, sem que as suas funções fossem alteradas, o que permitiria reforçar ou criar um verdadeiro "*demos europeu*". Vários outros consideraram que poderiam subscrever a ideia de um presidente permanente do Conselho Europeu, desde que se deixe em aberto a possibilidade de, no futuro se, virem a fundir as suas funções e as do Presidente da Comissão. Outros Convencionais, sem pretenderem pôr em causa as propostas do Praesidium, consideraram, porém, que estas só teriam a ganhar com o esclarecimento de alguns aspectos, especialmente no que toca às funções do Presidente do Conselho Europeu em matéria de política externa. Não poderiam essas funções vir a sobrepor-se às do Presidente da Comissão ou do futuro Ministro dos Negócios Estrangeiros? Foi por vezes mencionada a questão da estrutura administrativa encarregada de apoiar um eventual Presidente do Conselho Europeu, tendo alguns Convencionais alertado para o risco de redundâncias. Vários Convencionais interrogaram-se sobre a legitimidade democrática de um Presidente do Conselho Europeu que não seja eleito pelos seus pares.

A propósito da composição da Comissão, as opiniões também foram divergentes, contando-se este ponto entre os mais frequentemente evocados. Um grande número de Convencionais interveio a favor do princípio segundo o qual a Comissão deve ser constituída por, pelo menos, um nacional de cada Estado-Membro. Trata-se de um princípio fundamental que traduz a igualdade entre Estados-Membros, permitindo que cada um sinta que a sua "sensibilidade específica" é tida em conta. Há que respeitar igualmente o compromisso conseguido em Nice nesta matéria. Um outro Grupo, pelo contrário, pronunciou-se a favor do princípio de uma Comissão reduzida, conforme proposto pelo Praesidium. Estes membros realçaram o facto de a Comissão estar vocacionada para ser o espaço da expressão do interesse geral e não o da representação dos Estados. Há que privilegiar a eficácia e a natureza específica desta Instituição. Alguns receiam que, se vingar o princípio de um Comissário por Estado, a Comissão se torne, na prática, uma espécie de Comité de Representantes Permanentes (Coreper). Alguns Convencionais que defendem o princípio de um Comissário por Estado consideraram que poderiam aceitar uma Comissão constituída por um número mais reduzido de Comissários, se o exercício das respectivas funções se fizer por "rotação igualitária". Outros propuseram que as disposições do Praesidium só entrem em vigor após um período transitório, a determinar. Em resposta, designadamente, às dúvidas expressas por determinados Convencionais oriundos dos países candidatos, alguns argumentaram que, na prática, seria esse o caso, uma vez que a próxima Comissão, que entrará em funções a partir de Novembro de 2004, reger-se-á pelas disposições do Tratado de Nice. Alguns sugeriram que a Constituição não estabeleça qualquer limite numérico e que o Presidente da Comissão tenha a liberdade de constituir o seu próprio colégio de Comissários.

A questão da nomeação e eleição do Presidente da Comissão também foi abordada por inúmeros Convencionais, dos quais muitos manifestaram o desejo de que esse Presidente fosse designado directamente pelo Parlamento Europeu, tendo adiantado que as propostas do Praesidium não continham qualquer alteração em relação à situação actual. Outros membros da Convenção apresentaram diversas propostas de compromisso que alteram as propostas do Praesidium, sem as porem em causa. Vários Convencionais defenderam a hipótese de o Parlamento Europeu poder ser dissolvido, automaticamente ou não, caso adopte uma moção de censura à Comissão.

A proposta do Praesidium, constante do artigo 17.º-B sobre a definição de maioria qualificada, não mereceu tantas observações quanto as questões já citadas. Alguns Convencionais, porém, insistiram no interesse que têm no dispositivo resultante do Tratado de Nice e preveniram contra os inconvenientes de se reabrir um processo que conduziu aos difíceis compromissos alcançados nessa ocasião. Outros retorquiram que o mecanismo de votação resultante de Nice era particularmente complicado e difícil de entender pelas opiniões públicas, tendo saudado o esforço de simplificação e de clarificação conseguido pelo Praesidium neste domínio.

No que toca ao Conselho, as observações incidiram essencialmente sobre a rotatividade semestral. Um grande número de Convencionais solicitou a sua manutenção. Em resposta às preocupações dos que salientam os riscos de ruptura ou de mudança de prioridades entre as sucessivas Presidências, alguns sugeriram que estas se integrem numa programação plurianual. Vários foram os Convencionais a sugerir que o Presidente da Comissão presida igualmente ao Conselho (Assuntos Gerais). Diversos Convencionais consideraram as propostas do Praesidium sobre o número de formações do Conselho demasiado restritivas e observaram que não seria necessário ir para além da redução já efectuada no Conselho Europeu de Sevilha.

Foi igualmente controversa a proposta de criação de uma formação específica do Conselho, denominada Conselho Legislativo, que decidiria sobre toda a legislação. Alguns Convencionais, invocando em especial certas tomadas de posição recentes dos ministros da economia e das finanças, consideraram esta sugestão perigosa em termos de coesão europeia, pois teria por consequência que os ministros de pastas sectoriais se desinteressassem pela legislação europeia. Em contrapartida, outros acolheram com agrado esta proposta por considerarem que introduz uma vertente de coordenação e clareza que é necessária e bem-vinda, tendo ainda realçado que esses ministros poderiam aí estar representados e que a sua contribuição seria essencial. Por último, respondendo a uma das preocupações expressas, o Presidente observou que as reuniões do Conselho em formação legislativa não teriam carácter permanente, mas que este se reuniria por sessões, o que permitiria que o representante de nível ministerial nomeado por cada Estado-Membro mantivesse a ligação à respectiva capital, podendo aí voltar regularmente.

O Parlamento Europeu foi menos frequentemente referido. O essencial das observações incidiu sobre a perspectiva da fixação de um limite máximo. Alguns Convencionais apoiaram a proposta do Praesidium de se instaurar um limite máximo, limitando a 700 o número de deputados europeus. Um dos membros da Convenção gostaria que este limite fosse inferior, fixando-se antes em 600 ou 650. Outros, pelo contrário, pediram que se mantivesse o limite máximo de 732 deputados, introduzido nas disposições de Nice. Vários Convencionais manifestaram o desejo de que fosse mantida a actual situação de repartição entre Estados-Membros fixada em Nice, que foi fruto de um compromisso.

Alguns Convencionais pediram que cada Instituição possa decidir livremente, de um modo independente, sobre o lugar da respectiva sede. Em sua opinião, a actual situação de repartição das sedes das Instituições por vários locais não é satisfatória.

A questão do artigo X do Título VI relativo a um Congresso dos povos da Europa foi pouco evocada pelos Convencionais. A maior parte dos que se pronunciaram sobre este ponto fizeram-no num sentido crítico e solicitaram que esta proposta do Praesidium não fosse adoptada. Estes membros consideraram que, na prática, tal significaria criar uma nova instituição, hipótese a que não eram favoráveis.

O Banco Central Europeu foi objecto de um reduzido número de observações. Certos Convencionais interrogaram-se, todavia, sobre a proposta do Praesidium de o incluir entre as Instituições da União, no artigo 14.º. Alguns Convencionais, recordando as conclusões do grupo sobre a política social, solicitaram que as respectivas competências não se limitem à estabilidade dos preços, mas que abranjam também o apoio ao crescimento económico e a luta contra o desemprego, com base no modelo do Banco Central dos Estados Unidos. Um dos oradores considerou, pelo contrário, que o mandato actual do Banco Central Europeu era satisfatório e que não há motivos para o modificar.

Os órgãos da União, o Comité Económico e Social e o Comité das Regiões, foram raramente evocados pelos Convencionais, com excepção dos que tinham estatuto de observador e que eram membros desses órgãos. Nas suas intervenções, estes oradores defenderam que, face ao papel importante que, segundo eles, desempenham, se deveria reconhecer plena e inteiramente a estes

órgãos o estatuto de instituição, passando pois a constar do artigo 14.º. Esta reivindicação foi apoiada por alguns membros da Convenção. Outros, pelo contrário, interrogaram-se sobre a própria utilidade destes órgãos, considerando que o seu contributo e mais valia para os trabalhos europeus deveriam ser postos à discussão. Um dos membros do Comité Económico e Social considerou que o órgão a que pertence deveria ser citado antes do Comité das Regiões devido à sua antiguidade histórica.

Os membros da Convenção acolheram favoravelmente o projecto de artigo sobre o Tribunal de Justiça, apresentado pelo Praesidium. A propósito do mandato dos juízes e advogados-gerais daquele Tribunal, alguns realçaram que a existência de um mandato único, mais longo, poderia reforçar a garantia de independência, mas outros consideraram que o sistema actual funciona bem, pelo que não deveria ser alterado. Alguns evocaram a possibilidade de se criar um processo de acção específico junto da Comissão por violação da Carta dos Direitos Fundamentais. Um dos Convencionais sublinhou que o Tribunal de Justiça não deveria ter competência no que respeita a actos adoptados no domínio da PESC.

O Tribunal de Contas foi essencialmente referido a propósito da sua composição por determinados Convencionais, que defenderam um número reduzido de membros, inferior a 25; em sua opinião, o Tribunal de Contas deveria ser constituído por personalidades de elevado nível profissional e sem se atender à nacionalidade.

3. Debate sobre o projecto de artigos relativos à Acção Externa (CONV 685/03 e CONV 707/03)

Introdução

O Vice-Presidente J. –L. Dehaene deu início ao debate sobre a acção externa, tendo mencionado que tinham sido recebidas perto de 850 alterações sobre os projectos de artigos.

O debate, no qual tomaram a palavra mais de 70 oradores, revelou que a Convenção apoiava amplamente os projectos de artigos sobre a acção externa, apresentados pelo Praesidium. Grande número de oradores recordou a importância de a União actuar colectivamente no plano internacional, a fim de promover valores comuns e defender interesses colectivos. Alguns desses

oradores frisaram que a acção da União depende em primeiro lugar da vontade política e da solidariedade entre Estados-Membros. Simultaneamente, muitos reconheceram que a Constituição deveria procurar criar mecanismos e disposições institucionais que promovam a convergência de pontos de vista entre os Estados-Membros e fomentem um processo decisório eficaz e uma utilização coerente dos instrumentos.

Os membros da Convenção consideraram que a nova estrutura, que reúne todas as bases jurídicas num único título, contribui para uma perspectiva global mais coerente dos diferentes instrumentos a que a UE pode recorrer para actuar no plano internacional. A Convenção assumiu igualmente que esse agrupamento de artigos num único título da Constituição não implicava a harmonização de instrumentos e processos, podendo continuar a aplicar-se diferentes modalidades às diversas áreas políticas no quadro da acção externa.

Verificou-se um amplo consenso em torno da proposta de criação de um ministro dos negócios estrangeiros da UE, que combinaria funções no domínio da PESC, sob a autoridade do Conselho, com responsabilidades noutras áreas da acção externa, dirigidas pela Comissão. No entanto, registaram-se divergências entre os membros da Convenção quanto à incidência desta mudança institucional em várias matérias, tais como o papel da Comissão no domínio da PESC, a representação externa e a presidência do Conselho (Relações Externas). Ficou portanto acordado que o papel do ministro e a relação deste com a Comissão e com o Conselho precisavam de ser aprofundados.

Alguns oradores propuseram a inclusão de disposições sobre a criação de um serviço diplomático da UE, com pessoal destacado do Secretariado-Geral do Conselho, da Comissão e dos serviços diplomáticos dos Estados-Membros, e que funcionaria sob a autoridade do Ministro da UE dos Negócios Estrangeiros. Alguns oradores declararam preferir outro título para este cargo, tendo sugerido "Secretário da União", "Representante Externo da UE" ou "Secretário da União para os Negócios Estrangeiros".

Artigos horizontais

No que toca ao artigo horizontal sobre os princípios e objectivos da acção externa da UE, vários membros da Convenção salientaram a importância de garantir a coerência tanto no domínio da acção externa como entre este domínio e as políticas internas. Diversos membros apontaram, em particular, para a necessidade de reflectir, em termos mais directos, o imperativo de assegurar que as políticas internas não contrariem os objectivos da cooperação para o desenvolvimento.

Recomendaram que o conteúdo do actual artigo 178.º do TCE, que estipula que os objectivos da cooperação para o desenvolvimento deverão ser tidos em conta nas políticas a pôr em prática e que sejam susceptíveis de afectar os países em vias de desenvolvimento, seja incorporado no número correspondente do artigo 1.º. Alguns dos membros sugeriram objectivos ou princípios suplementares que gostariam de ver incluídos no artigo, designadamente a paz, a solidariedade entre os Estados-Membros, a segurança da União, a diversidade cultural e a cooperação internacional a nível da gestão dos fluxos migratórios e da luta contra a criminalidade.

Os membros da Convenção acordaram na necessidade de a Constituição prever disposições que permitam que a União recorra a instrumentos que abranjam diferentes domínios da acção externa para concretizar objectivos comuns. Neste sentido, chamou-se a atenção para o papel do Conselho Europeu. No entanto, alguns membros manifestaram sérias reservas em relação à possibilidade de o Ministro da UE e a Comissão apresentarem propostas conjuntas e, em especial, à aplicação do processo de decisão por maioria qualificada a essas propostas conjuntas.

Política Externa e de Segurança Comum

De um modo geral, os membros da Convenção congratularam-se com as disposições dos projectos de artigos que incentivam os Estados-Membros a consultarem-se e informarem-se a nível da UE, antes de tomarem uma posição a nível internacional. Esta atitude ajudaria a criar um "reflexo europeu", a reduzir os riscos de confronto na cena internacional e a definir posições comuns. Consideraram uns que as disposições deveriam ser ainda mais reforçadas e outros que, não se tendo definido uma posição comum, os Estados-Membros deverão manter as suas competências para actuar a nível nacional.

A principal questão em debate no domínio da PESC diz respeito ao processo de decisão. Grande número de intervenientes considerou que a unanimidade gera uma certa inércia no âmbito da PESC, tendo portanto defendido que a votação por maioria qualificada (VMQ) no Conselho constitua a regra geral, excepto no que respeita às decisões com implicações no domínio militar ou da defesa, que deverão ser tomadas por unanimidade. Foram apresentadas diversas hipóteses. Alguns propuseram que a VMQ não se aplique às propostas não apresentadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE. Verificou-se um consenso no sentido de os Estados-Membros cujos interesses vitais estejam em jogo poderem impedir que uma decisão seja tomada por votação. Nessas situações, o Ministro da UE deverá procurar formular uma proposta aceitável para o Estado-Membro em questão. Como alternativa à VMQ, alguns sugeriram que o Conselho tome decisões por maioria "super-qualificada", tendo outros defendido que se aplique a cooperação reforçada em todos os domínios da PESC, como forma de a tornar mais proactiva.

Outros intervenientes opuseram-se a que a VMQ constitua a regra geral, tendo salientado que as disposições do Tratado actual que dizem respeito à decisão por VMQ raramente são utilizadas e defendido uma melhor utilização dessas disposições, bem como das que se referem à abstenção construtiva. A criação de vontade política e a convergência de opiniões constituem, em seu entender, os elementos-chave para tornar a PESC mais eficaz. Em alternativa, alguns propuseram que se mantenha a unanimidade como regra geral, aumentando progressivamente a lista de domínios a que se aplica a VMQ, desde as decisões relativas a sanções e a acções no domínio da PESC e indo até ao limiar financeiro a estabelecer pelo Conselho. Neste contexto, foi salientada a importância da nova cláusula que permite que o Conselho Europeu alargue o recurso à VMQ no Conselho a decisões do domínio da PESC.

No que toca ao direito de iniciativa no domínio da PESC, foram expressas diversas posições. Uns consideraram que a disposição que permite que o Ministro da UE apresente uma proposta em conjunto com a Comissão é contrária à proposta de criação de um cargo de Ministro da UE com dupla representação, pelo facto de as propostas do domínio da PESC ficarem, assim, sujeitas à aprovação do Colégio de Comissários, o que é contrário à recomendação do Grupo de Trabalho sobre a Acção Externa (Grupo VII). Outros consideraram que a Comissão deverá manter o direito de iniciativa.

De qualquer modo, todos estes membros da Convenção consideraram inadequado prever a aplicação da VMQ no domínio da PESC ou nos casos de apresentação de propostas conjuntas da Comissão e do Ministro.

Quanto à questão do controlo democrático da PESC, alguns membros defenderam o reforço do papel do Parlamento Europeu, enquanto que outros solicitaram que os parlamentos nacionais sejam igualmente associados. O Vice-Presidente Jean-Luc Dehaene informou que seria incluída uma referência à PESC e à PESD no Protocolo sobre os parlamentos nacionais.

Política de Segurança e Defesa Comum

No que respeita, mais especificamente, às questões da Política de Segurança e Defesa Comum, vários membros da Convenção congratularam-se com a abordagem ambiciosa do Praesidium em relação a esta política, crucial para a credibilidade da União na cena internacional. Grande número de membros da Convenção aplaudiu, assim, o facto de a Política de Segurança e Defesa Comum fazer parte integrante da PESC, tendo muitos deles insistido igualmente na necessidade de esta política se apoiar em capacidades militares e civis adequadas e suficientes para fazer face às missões que lhe são confiadas. Alguns membros da Convenção insistiram ainda na necessidade de manter relações equilibradas com a Aliança Atlântica e de respeitar os compromissos assumidos por alguns Estados-Membros neste contexto.

Vários membros da Convenção defenderam a necessidade de actualização das missões em que a União se pode envolver, tendo alguns neste contexto sugerido, nomeadamente, a inclusão da luta contra o terrorismo fora da União.

Quanto a este assunto, muitos foram os membros da Convenção que insistiram na necessidade de se reforçar o nível de capacidades colocadas ao dispor da União. Assim, a ideia da criação de uma Agência de Armamento e Capacidades obteve grande apoio por parte dos membros da Convenção, embora um deles tenha declarado que não lhe deverá competir avaliar os compromissos dos Estados-Membros em termos de capacidades.

Vários membros da Convenção acolheram com agrado a possibilidade de se estabelecer uma cooperação estruturada no domínio das capacidades, tendo em vista as missões mais exigentes. Alguns insistiram na necessidade de permitir que as coligações de vontades actualmente constituídas fora do Tratado actuem no quadro da União e com o seu aval. Alguns membros da Convenção manifestaram, contudo, a sua apreensão quanto ao carácter desta cooperação, caso a mesma se revele demasiado fechada. Um dos membros da Convenção considerou que não será adequado incluir na Constituição uma cláusula que preveja a possibilidade de realizar missões fora do quadro da União. Alguns sugeriram que, por forma a tornar essa cooperação mais abrangente, as disposições no domínio da cooperação reforçada deveriam poder aplicar-se a este caso e, de uma forma mais geral, ao domínio da defesa. Outros propuseram que os critérios em termos de capacidades militares sejam definidos pelo Conselho e incluídos num protocolo juridicamente vinculativo. Um dos membros da Convenção sugeriu que uma das tarefas da Agência do Armamento deverá consistir na definição desses critérios.

Quanto às outras formas de flexibilidade propostas, a maioria dos membros da Convenção acolheu com agrado a possibilidade de alguns Estados-Membros realizarem uma missão decidida por unanimidade pelo Conselho. Segundo eles, essa disposição permitirá constitucionalizar uma prática pragmática e que vigora já fora do Tratado. Um dos membros sugeriu que se preveja a possibilidade de Estados não pertencentes à União serem convidados a actuar em conjunto com os Estados-Membros na realização da missão. Alguns membros da Convenção insistiram também na necessidade de se incluir na Constituição uma cláusula que permita estabelecer um compromisso de defesa mútua entre os Estados-Membros. Em seu entender, a defesa mútua é um elemento-chave de solidariedade entre os cidadãos e os Estados, compromisso esse, que, aliás, a maior parte deles já assumiu, se bem que fora do Tratado. Seria, pois, legítimo consagrá-lo na Constituição. Outros mostraram-se, contudo, reticentes quanto à inclusão da defesa mútua no quadro da União, considerando que tal poderá constituir uma duplicação dos compromissos assumidos por numerosos Estados no âmbito da NATO. Por outro lado, alguns dos membros da Convenção manifestaram a sua apreensão com o facto de uma cláusula dessa natureza poder afectar o estatuto neutro ou não-alinhado de alguns Estados-Membros.

Foram igualmente abordados outros assuntos por alguns membros da Convenção, como a questão do financiamento das actividades ligadas à Política Externa e de Segurança Comum, incluindo a Política de Segurança e Defesa Comum, tendo alguns deles proposto que o financiamento provenha do orçamento da União.

Foram ainda evocados outros elementos relativo à Política de Segurança e Defesa Comum, como a criação de uma União de segurança e defesa.

Alguns membros da Convenção propuseram igualmente que se inclua, nas disposições relativas à acção externa, uma intervenção dos parlamentos nacionais mais marcada do que no domínio da defesa.

Política comercial comum

Alguns dos membros da Convenção defenderam a necessidade de eficácia no domínio da política comercial comum e a de se poderem adoptar decisões por maioria qualificada em todas as áreas, incluindo a da celebração de todos os acordos, enquanto que outros consideraram que o comércio de serviços culturais e audiovisuais deverá continuar a pertencer à esfera das competências partilhadas da União e dos Estados-Membros, devendo, pois, a negociação desses acordos continuar a exigir o comum acordo dos Estados-Membros. Na opinião de diversos membros, o papel do Parlamento Europeu deverá ainda ser mais reforçado no domínio da política comercial e tanto os mandatos de negociação como a celebração de acordos deverão ficar sujeitos ao assentimento do Parlamento Europeu. Houve ainda quem salientasse a necessidade de manter o Parlamento Europeu plenamente informado ao longo de todo o processo de negociação.

Cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária

Em relação aos artigos sobre a cooperação para o desenvolvimento, vários membros da Convenção consideraram essencial que os objectivos específicos da redução da pobreza e, a prazo da sua erradicação, sejam mencionados no subcapítulo especialmente dedicado à cooperação para o desenvolvimento. Alguns membros preconizaram ainda a integração do Fundo Europeu de Desenvolvimento no orçamento da União, tendo solicitado que no artigo 26.º se suprima a referência à especificidade das relações com os países ACP. Alguns dos membros manifestaram reservas quanto à proposta de criação de um "corpo de paz voluntário para a ajuda humanitária, tal como sugerido no artigo 30.º, relativo à ajuda humanitária, e aludiram à dificuldade da missão de prestar assistência neste domínio assim como à necessidade de dispor de pessoal qualificado.

Medidas restritivas

Poucos foram os membros que levantaram questões quanto aos artigos respeitantes às medidas restritivas. Alguns salientaram a necessidade de se garantir o respeito dos direitos fundamentais das pessoas e a observância do direito interno, tendo invocado a questão do controlo jurisdicional pelo Tribunal de Justiça. Outros sugeriram que se alargasse o âmbito do artigo por forma a incluir as restrições à emissão de vistos.

Acordos internacionais

No tocante aos acordos internacionais, a maioria das intervenções incidiu sobre o papel do Parlamento Europeu na negociação e na celebração de acordos. Vários membros propuseram que se alargasse a consulta ao Parlamento Europeu a todas as fases do processo de negociação e celebração de acordos internacionais.

Quanto à competência externa da União, alguns membros da Convenção propuseram que se refira explicitamente na Constituição que a União é competente para celebrar acordos internacionais, sempre que esses acordos contribuam para o exercício de uma competência interna.

Alguns membros defenderam que se confie à Comissão o mandato de negociar acordos internacionais, excepto nos domínios que se insiram exclusivamente no âmbito da PESC, e outros que se confira à Comissão o mandato de negociar todos os acordos, mesmo os que dizem respeito à PESC. Outros ainda consideraram que as negociações deverão ser conduzidas pelo Ministro da UE e outros que essa tarefa deverá ser confiada à Presidência. Algumas intervenções defenderam o alargamento da votação por maioria qualificada ao processo de celebração de acordos em todas as áreas.

Relações da União com as organizações internacionais

No que toca às relações da União com as organizações internacionais, houve quem considerasse que a União deverá procurar aderir às organizações internacionais, a começar pelas IFI. Alguns defenderam que se especifiquem mais pormenorizadamente as cláusulas sobre as relações com organizações internacionais, havendo quem sugerisse que a lista das organizações a que se refere o artigo 35.º incluía a NATO.

Cláusula de solidariedade

Relativamente à cláusula de solidariedade, grande parte dos membros da Convenção congratulou-se vivamente com a inclusão desta cláusula na Constituição, uma vez que ela é fundamental para exprimir a solidariedade entre os Estados-Membros e os cidadãos. Alguns dos membros da Convenção insistiram, em que se alargue o alcance desta cláusula a outras ameaças ou perigos, como as catástrofes de origem humana ou natural. O Vice-Presidente esclareceu que existe uma disposição noutro artigo da Constituição (artigo 15.º) que prevê, entre as medidas de apoio, a protecção contra as catástrofes.

Conclusões

O Vice-Presidente Jean-Luc Dehaene concluiu que a Convenção acolhe com agrado a nova estrutura proposta para os artigos sobre a acção externa. Constatou a existência de um amplo apoio ao artigo horizontal sobre os princípios e objectivos, bem como diversos pedidos no sentido de se reforçar a disposição relativa à coerência.

Verificou ainda que se gerou um consenso generalizado em torno da criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE, se bem que as opiniões quanto às implicações desta alteração institucional diverjam. Tal aplica-se, em especial, ao direito de iniciativa no domínio da PESC. O Vice Presidente referiu que a posição do Ministro e a sua relação com o Conselho e a Comissão deverão ser analisadas mais aprofundadamente.

Quanto ao processo de decisão no domínio da PESC, observou, por um lado, uma tendência para que se reforce a VMQ e, por outro, uma oposição a qualquer mudança nessa direcção.

Em relação à política de segurança e defesa, observou que a Convenção apoia muitas das propostas do Praesidium, como a inclusão desta política como parte integrante da PESC, a actualização das missões de Petersberg e a criação de uma agência, enquanto que, em relação a outros assuntos, como a defesa mútua e as diferentes formas de flexibilidade, as opiniões não são inteiramente convergentes.

O Vice-Presidente Jean-Luc Dehaene tomou nota dos diferentes pontos de vista expressos em relação à política comercial comum, alguns dos quais apontam para a abolição das derrogações existentes e outros insistem claramente em que essas derrogações se mantenham.

Quanto à cooperação para o desenvolvimento, observou que diversos oradores solicitaram que se especifiquem no capítulo correspondente os principais objectivos políticos e se suprima a referência específica aos países ACP.

No tocante aos acordos internacionais, tomou nota da existência de opiniões divergentes sobre quem deverá negociar em nome da União e do facto de diversos oradores defenderem que se alargue o papel do Parlamento Europeu.

Quanto à cláusula de solidariedade, o Vice-Presidente tomou nota de diversos pedidos no sentido de a tornar extensiva às catástrofes de origem natural ou humana e informou a Convenção de que, no domínio da protecção civil, será mais adequado inserir uma base jurídica específica noutra capítulo da Constituição.

List of speakers following order of intervention.

Plenary meeting 15 and 16 May 2003

LIST OF SPEAKERS

Thursday 15 May

Working method of the Convention during its last phase and consensus building process
(CONV 720/03 and 721/03)

*(Blue cards: BERGER, BROK, BONDE, DUFF, DUHAMEL, MAJJ-WEGGEN,
HEATHCOAT-AMORY, TEUFEL, ROCHE, PAPANDREOU)*

Debate on draft articles on Institutions (Part I - Title IV)
(CONV 691/03 and CONV 709/03)

1. Mr Gianfranco FINI - Italy (Government)
2. Mr Alain LAMASSOURE - European Parliament
3. Mr Alberto COSTA - Portugal (Parliament)
4. Mr Dimitrij RUPEL - Slovenia (Government)
5. Mr Elmar BROK - European Parliament
6. Mr Caspar EINEM - Austria (Parliament)
7. Mr Jacques SANTER - Luxembourg (Government)
8. Mr Hubert HAENEL - France (Parliament)
9. Mr Josep BORRELL - Spain (Parliament)
10. Mr Georges PAPANDREOU - Greece (Government)
- (Blue cards: SPINI, VOGGENHUBER, DINI, HOLOLEI, LEQUILLER, BRUTON)*
11. Mr Josef ZIELENIEC - Czech Republic (Parliament)
12. Mr Michel BARNIER - Commission
13. Ms Anne VAN LANCKER - European Parliament
14. Mr Peter HAIN - United Kingdom (Government)
15. Mr Edmund WITTBRODT - Poland (Parliament)
16. Mr Jens-Peter BONDE - European Parliament
17. Mr Alfonso DASTIS - Spain (Government)
18. Mr Andrew DUFF - European Parliament
19. Mr Erwin TEUFEL - Germany (Parliament)
20. Ms Danuta HÜBNER - Poland (Government)
21. Mr Lamberto DINI - Italy (Parliament)
22. Ms Lena HJELM-WALLÉN - Sweden (Government)
23. Mr Olivier DUHAMEL - European Parliament
24. Mr Paraskevas AVGERINOS - Greece (Parliament)
25. Mr Frans TIMMERMANS - Netherlands (Parliament)
26. Mr Alojz PETERLE - Slovenia (Parliament)
27. Ms Teija TIILIKAINEN - Finland (Government)
28. Mr Jan FIGEL - Slovakia (Parliament)
29. Mr Rihards PIKS - Latvia (Parliament)

30. Mr Henrik Dam KRISTENSEN - Denmark (Parliament)
31. Ms Meglena KUNEVA - Bulgaria (Government)
32. Mr Andrew DUFF - European Parliament
33. Ms Hanja MAIJ-WEGGEN - European Parliament
34. Mr Kimmo KILJUNEN - Finland (Parliament)
35. Ms Helle THORNING SCHMIDT - European Parliament
36. Mr Timothy KIRKHOPE - European Parliament
37. Mr Jürgen MEYER - Germany (Parliament)
38. Mr Dick ROCHE - Ireland (Government)
39. Mr Göran LENNMARKER - Sweden (Parliament)
40. Ms Liene LIEPINA - Latvia (Parliament)
41. Mr Joschka FISCHER - Germany (Government)
42. Mr Marco FOLLINI - Italy (Parliament)
43. Mr Abdullah GÜL - Turkey (Government)
44. Mr António VITORINO - Commission
45. Mr Kimmo KILJUNEN - Finland (Parliament)
46. Lord Mac LENNAN OF ROGART - United Kingdom (Parliament)
47. Mr Reinhard RACK - European Parliament
48. Mr Olivier DUHAMEL - European Parliament
49. Ms Anne VAN LANCKER - European Parliament
50. Mr Hannes FARNLEITNER - Austria (Government)
51. Ms Eduarda AZEVEDO - Portugal (Parliament)
52. Mr Ben FAYOT - Luxembourg (Parliament)
53. Mr Jozef OLEKSY - Poland (Parliament)
54. Mr Ernâni LOPES - Portugal (Government)
55. Mr Panayotis DEMETRIOU - Cyprus (Parliament)
56. Mr. Peter HAIN - United Kingdom (Government)
57. Mr Alfonso DASTIS - Spain (Government)
58. Mr Dick ROCHE - Ireland (Government)
59. Mr Neil MacCORMICK - European Parliament
60. Mr William ABITBOL - European Parliament
61. Mr David HEATHCOAT-AMORY - United Kingdom (Parliament)
62. Mr Péter BALÁZS - Hungary (Government)
63. Mr Puiu HASOTTI - Romania (Parliament)
64. Mr Jari VILÉN Finland - (Parliament)
65. Mr Karel de GUCHT - Belgium (Parliament)
66. Mr Michael ATTALIDES - Cyprus (Government)
67. Mr Henning CHRISTOPHERSEN - Denmark (Government)
68. Mr Reinhard BÖSCH - Austria (Parliament)
69. Mr Peter SERRACINO-INGLOTT - Malta (Government)
70. Mr John BRUTON - Ireland (Parliament)
71. Ms Hildegard PUWAK - Romania (Government)
72. Mr József SZÁJER - Hungary (Parliament)
73. Ms Marietta GIANNAKOU - Greece (Parliament)
74. Mr Rytis MARTIKONIS - Lithuania (Government)
75. Ms Lone DYBKJAER - European Parliament
76. Mr Proinsias de ROSSA - Ireland (Parliament)
77. Ms. Cristiana MUSCARDINI - European Parliament
78. Mr Antonio TAJANI - European Parliament
79. Mr Kemal DERVIS - Turkey (Parliament)
80. Mr Jan KOHOUT - Czech Republic (Government)

81. Ms Cristiana MUSCARDINI - European Parliament
 82. Mr Sören LEKBERG - Sweden (Parliament)
 83. Ms Linda McAVAN - European Parliament
 84. Mr Pierre LEQUILLER - France (Parliament)
 85. Mr Josef CHABERT - (Committee of the Regions) Observer
 86. Mr Vytenis ANDRIUKAITIS - Lithuania (Parliament)
 87. Mr Proinsias DE ROSSA - Ireland (Parliament)
 88. Mr Jelko KACIN - Slovenia (Parliament)
 89. Mr Gabriel CISNEROS LABORDA - Spain (Parliament)
 90. Mr Dominique de VILLEPIN - France (Government)
 91. Mr Luis MARINHO - European Parliament
 92. Ms Sandra KALNIETE - Latvia (Government)
 93. Mr Algirdas GRICIUS - Lithuania (Parliament)
 94. Mr Johannes VOGGENHUBER - European Parliament
- (Blue cards: ALMEIDA-GARRETT, TOMLINSON, SEVERIN, HAIN)*

Friday 16 May

Continuation of the debate on draft articles on Institutions (Part I - Title IV)
(CONV 691/03 and CONV 709/03)

95. Mr Henrik HOLOLEI - Estonia (Government)
96. Mr Esko SEPPANEN - European Parliament
97. Mr Alexandre ARABADJIEV - Bulgaria (Parliament)
98. Mr Juraj MIGAS - Slovakia (Government)
99. Mr Reinhard RACK - European Parliament
100. Ms. Elena PACIOTTI - European Parliament
101. Mr Péter ECKSTEIN-KOVACS - Romania (Parliament)
102. Mr Roger BRIESCH - (Economic and Social Committee) Observer
103. Mr Manfred DAMMEYER - (Committee of the Regions) Observer
104. Ms Claude DU GRANDRUT - (Committee of the Regions) Observer
105. Mr Caspar EINEM - Austria (Parliament)
106. Ms Lone DYBKJAER - European Parliament
107. Mr Georgios KATIFORIS - Greece (Government)
108. Ms. Piia-Nora KAUPPI - European Parliament
109. Mr. Francesco SPERONI - Italy (Government)
110. Mr. Guilherme OLIVEIRA-MARTINS - Portugal (Parliament)
111. Mr René van der LINDEN - Netherlands (Parliament)
112. Mr Kimmo KILJUNEN - Finland (Parliament)
113. Mr Adrian SEVERIN - Romania (Parliament)
114. Ms Helle THORNING SCHMIDT - European Parliament
115. Mr Josef CHABERT - (Committee of the Regions) Observer
116. Mr George JACOBS - (European Social Partners) Observer
117. Mr Emilio GABAGLIO - (European Trade Union Confederation) Observer
118. Mr Manfred DAMMEYER - (Committee of the Regions) Observer

Debate on draft articles on External Action and Defence
(CONV 685/03 and CONV 707/03)

1. Ms Linda McAVAN - European Parliament
2. Mr Lamberto DINI - Italy (Parliament)
3. Mr Jan FIGEL - Slovakia (Parliament)
4. Mr Elmar BROK - European Parliament
5. Mr Antonio VITORINO - Commission
6. Mr Jürgen MEYER - Germany (Parliament)
7. Mr Gijs de VRIES - Netherlands (Government)
8. Mr Dominique de VILLEPIN - France (Government)
9. Mr Hannes FARNLEITNER - Austria (Government)
10. Ms Marietta GIANNAKOU - Greece (Parliament)
11. Mr Alfonso DASTIS - Spain (Government)
12. Mr Jozef OLEKSY - Poland (Parliament)
13. Mr Peter HAIN - United Kingdom (Government)
14. Mr Luis MARINHO - European Parliament
15. Mr Gianfranco FINI - Italy (Government)
16. Mr Jelko KACIN - Slovenia (Parliament)
- (Blue cards: SPINI, BONDE, DUFF, Van EEKELEN)*
17. Mr Hans Martin BURY - Germany (Government)
18. Ms Eduarda AZEVEDO - Portugal (Parliament)
19. Mr Gabriel CISNEROS LABORDA - Spain (Parliament)
20. Ms Danuta HÜBNER - Poland (Government)
21. Mr Göran LENNMARKER - Sweden (Parliament)
22. Mr Algirdas GRICIUS - Lithuania (Parliament)
23. Mr Dick ROCHE - Ireland (Government)
24. Ms Cristiana MUSCARDINI - European Parliament
25. Mr Henning CHRISTOPHERSEN - Denmark (Government)
26. Mr Pierre LEQUILLER - France (Parliament)
27. Ms Lena HJELM-WALLÉN - Sweden (Government)
28. Mr René van der LINDEN - Netherlands (Parliament)
29. Mr Andrew DUFF - European Parliament
30. Ms Sandra KALNIETE - Latvia (Government)
31. Mr Kimmo KILJUNEN - Finland (Parliament)
32. Mr Vytenis ANDRIUKAITIS - Lithuania (Parliament)
33. Mr Ernâni LOPES - Portugal (Government)
34. Ms Teija TIILIKAINEN - Finland (Government)
35. Mr Hubert HAENEL - France (Parliament)
36. Mr Jan KOHOUT - Czech Republic (Government)
- (Blue cards: VOGGENHUBER, SEVERIN, BONDE, WUERMELING, HAIN, LENNMARKER, DINI)*
37. Mr Rytis MARTIKONIS - Lithuania (Government)
38. Mr Eduard MAINONI - Austria (Parliament)
39. Mr Sören LEKBERG - Sweden (Parliament)
40. Mr Tunne KELAM - Estonia (Parliament)
41. Mr Jari VILÉN - Finland (Parliament)
42. Mr Dimitrij RUPEL - Slovenia (Government)
43. Mr Alain LAMASSOURE - European Parliament
44. Mr Caspar EINEM - Austria (Parliament)
45. Mr Puiu HASOTTI - Romania (Parliament)

46. Mr Louis MICHEL - Belgium (Government)
 47. Ms Sylvia-Yvonne KAUFMANN - European Parliament
 48. Mr Alberto COSTA - Portugal (Parliament)
 49. Mr Antonio VITORINO - Commission
(Blue cards: MacCORMICK, LENNMARKER, McDONAGH)
 50. Mr Carlos CARNERO - European Parliament
 51. Mr William ABITBOL - European Parliament
 52. Mr Henrik HOLOLEI - Estonia (Government)
 53. Mr Oguz DEMIRALP - Turkey (Government)
(Blue cards: GORMLEY, Van LANCKER, PACIOTTI, LENMARKER, MACLENNAN, HAENEL, SCOTLAND)
 54. Mr Diego LOPEZ GARRIDO - Spain (Parliament)
 55. Ms Renée WAGENER - Luxembourg (Parliament)
(Blue cards: VITORINO, DUFF, HAENEL)
 56. Mr Jens-Peter BONDE - European Parliament
 57. Mr Caspar EINEM - Austria (Parliament)
-